

MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO CAMINHO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS

MODERNIZATION OF THE TERRITORY AND CONTEMPORARY SLAVE WORK ON THE ROAD OF CARAJÁS RAILWAY

MODERNIZACIÓN DEL TERRITORIO Y TRABAJO ESCLAVO CONTEMPORÁNEO EN EL CAMINO DE LA CARRETERA DE HIERRO CARAJÁS

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2020.i1.p.111-130

Sávio José Dias Rodrigues

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
Professor do Curso de Estudos Africanos e Afro-brasileiros e do Programa de Pós-Graduação em
Geografia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Integrante do Núcleo de Estudos Geográficos (NEGO) e do Grupo de Estudos Desenvolvimento,
Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA)
E-mail: elizethcosta314@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4576-3621>

Jairo Eduardo Palhano

Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/UFMA)
E-mail: jairopalhano@msn.com

Jefferson Carlos Carvalho Sousa

Graduando em Geografia Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/UFMA)
E-mail: Jef_carlos@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho visa refletir sobre as contradições entre os projetos de modernização do território maranhense e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo no estado. Analisamos os dados dos municípios cortados pela Estrada de Ferro Carajás (EFC) no Maranhão. Para a pesquisa, realizamos busca bibliográfica, pesquisa em bancos de dados da CPT, IBGE, MTE, etc.. Dessa forma, entendemos que os municípios por onde passa a EFC constituem uma nova região, assim como a região de expansão da soja (sul e leste do estado), do eucalipto (oeste e leste do estado), do turismo (Lençóis maranhenses). Essas regiões se atrelam a essas atividades econômicas como parte dos projetos de desenvolvimento no Maranhão.

Palavras-chave: Projetos de Desenvolvimento. Estrada de Ferro Carajás. Escravidão Contemporânea. Maranhão.

ABSTRACT

This work aims to reflect on the contradictions between the projects of modernization of the territory of Maranhão and the reproduction of contemporary slave labor in the state. We analyzed the data of the municipalities cut by the Carajás Railroad in Maranhão (EFC). In this way, we understand that the municipalities where the EFC passes, constitute a new region, as well as the soybean expansion region (south and east of the state), eucalyptus (west and east of the state), tourism (Maranhão). These regions engage in these economic activities as part of development projects in Maranhão.

Keywords: Development Projects. Carajás Railway. Contemporary Slavery. Maranhão.



RESUMEN

Este trabajo pretende reflexionar sobre las contradicciones entre los proyectos de modernización del territorio maranhense y la reproducción del trabajo esclavo contemporáneo en el estado. Analizamos los datos de los municipios cortados por la Estrada de Ferro Carajás (EFC) en Maranhão. Para la investigación, realizamos búsqueda bibliográfica, investigación en bancos de datos de la CPT, IBGE, MTE, etc. De esa forma, entendemos que los municipios por donde pasa la EFC constituyen una nueva región, así como la región de expansión de la soja (sur y este del estado), del eucalipto (oeste y este del estado), del turismo (Lencóis Maranhenses). Estas regiones se atreven a esas actividades económicas como parte de los proyectos de desarrollo en Maranhão.

Palabras clave: Proyectos de Desarrollo. Ferrocarril Carajás. Esclavitud Contemporánea. Maranhão.

1. INTRODUÇÃO

Analizou-se, nesse trabalho, a reprodução do trabalho escravo no estado do Maranhão por meio do projeto de modernização do território. Também se refletiu sobre as consequências da modernização do território para pensar o trabalho nesse estado.

A modernização do território tem se dado no estado com base de grandes projetos, vinculando técnica e ciência com os grandes projetos agropecuários, minero siderúrgicos e de turismo que mobiliza capital e opera processos de territorialização e desterritorialização no Maranhão. Os grandes projetos têm sido implantados no estado com um discurso desenvolvimentista em que emprego e renda são o mote e que a saída das condições de pobreza e miséria da população aparece como um sinônimo.

Pode-se sintetizar alguns eixos para nos referir aos grandes projetos de desenvolvimento no estado: o projeto de expansão do turismo em polos no estado, aproveitando potenciais naturais e acervo histórico; o projeto agropecuário, que historicamente fez parte da grilagem no estado e atualmente tem avançado apoiado na ideia de vocação de regiões específicas (mais especificamente o leste e o sul do Maranhão); e o projeto minero-siderúrgico, este vinculado a ideia de corredor de exportação. Nesse trabalho, volta-se, mais especificamente, para este último, apesar de em alguns momentos utilizar-se, de forma geral, o projeto de desenvolvimento ou, às vezes, os outros eixos.

Para este trabalho, fez-se busca em bancos de dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esses dados ajudaram a montar um panorama desses grandes projetos no estado, sobretudo, na região da Estrada de Ferro Carajás (EFC). Entende-se por região da EFC, o conjunto de municípios cortados pela ferrovia e mais outros dois que sofrem influência direta deste grande empreendimento.

Esse trabalho apresenta resultados preliminares do projeto de pesquisa intitulado *“TRABALHO ESCRAVO E QUESTÃO AGRÁRIA NO ‘NOVO NORDESTE’ BRASILEIRO: Vulnerabilidade socioeconômica e estudo sobre as condições de produção do campo”*, financiado



pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) pelo seu edital Universal-2017. O recorte que se faz aqui abrange parte do Estado do Maranhão.

Dividiu-se o texto em três partes, a primeira busca relacionar os grandes projetos a ideia de modernização do território no Maranhão, trazendo o debate sobre o conceito de modernidade/modernização, globalização e inserindo nos processos de internacionalização da economia/do território com base na dinâmica da Estrada de Ferro Carajás (EFC).

Na segunda parte do texto, debate-se a reprodução do trabalho escravo em regiões onde há a expansão de projetos de desenvolvimento.

E por fim, a terceira parte traz a EFC como integrante da globalização da economia e modernização do território maranhense e ao mesmo tempo sua contribuição com a instalação de empreendimentos nessa região, para a reprodução do trabalho escravo.

2. O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NO MARANHÃO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA POR MEIO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS (EFC)

A ideia de modernização do território pode ser vinculada, sobretudo, a dois conceitos: o de globalização e modernidade. O de modernidade tem sido utilizado dentro do processo de modernização como antagônico a arcaico/atraso, sem perceber as contradições e as não-linearidades. O conceito de globalização aparece como uma resposta a novos fenômenos do mundo contemporâneo.

Dessa maneira, deve-se trazer aqui ao entendimento o significado do termo modernização do território. Parece-nos que a priori este não é um conceito em si. Ele é a resposta para processos que envolvem a modernização e o conceito de modernidade que, ou é disseminado pelo senso comum e discursos dos planejadores ou aparece como um conceito complexo.

Inevitavelmente, pelos exemplos empíricos que se tem, especialmente no Maranhão, a modernização do território é parte do que convencionamos chamar de globalização. Esse processo é associado à atuação do Estado em adaptações no território para atender os requerimentos técnicos postos por padrões de acumulação internacional. Carlos Robert de Moraes (2005) ajuda nesse sentido, quando afirma que, no contexto brasileiro, esse projeto modernizador se colocou como uma “Ideologia Geográfica”, o eixo a implantação de uma organização espacial que evidenciasse dois projetos: de se criar uma civilização e de se criar a modernização.

Nesse sentido, o Estado tem sido o agente da modernização do território. No Maranhão, suas ações podem ser evidenciadas por meio dos chamados eixos de desenvolvimento do Estado. Esses



eixos seguem um padrão que geralmente lhes confere características da gestão e da participação da população. A gestão privilegia a hierarquia e a não participação da população no seu planejamento pode ser mencionado aqui. Porém, o que mais pesa, é o fato de que sua implantação se dá de maneira exógena.

Os eixos do desenvolvimento são: a) o projeto turístico que busca aproveitar potencialidades da formação histórica maranhense, das cidades e sua arquitetura, e as potencialidades naturais com os polos dos Lençóis Maranhenses e de Carolina, no sul do estado; b) o projeto de produção agropecuária e de commodities que desde a década de 1990 prioriza as regiões do Leste do Maranhão, polarizando a cidade de Chapadinha e do Sul do Estado, com Balsas sendo o centro. A produção agrícola utilizando-se de modernas técnicas e visando o mercado internacional é o cerne desse projeto; c) o projeto minero-siderúrgico voltado para aproveitar a circulação de minérios pela Estrada de Ferro Carajás (EFC).

A Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) tem atuado considerando os dois últimos projetos e escreve assim em seu “Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão” (2009, p. 26):

A economia do Maranhão está estruturada em dois grandes eixos de desenvolvimento e integração, que englobam macro-cadeias produtivas de elevado dinamismo e modernização: o agronegócio de alimentos e energia, com destaque para a moderna produção da região sul, onde se expande a soja, o milho, a cana-de-açúcar e a pecuária; e o complexo minero-metalúrgico, concentrado na parte oeste e norte (São Luís) do estado. Esses dois eixos expressam e consolidam uma relativa diversidade econômico-social interna, concentrando o dinamismo nas microrregiões sul e sudoeste, e no eixo da ferrovia, além da capital, ponto de convergência e de suporte logístico da economia maranhense.

Esse documento da FIEMA expressa bem o que viria a ser a tentativa de sistematizar o desenvolvimento do Estado utilizando-se de grandes investimentos em atividades centrais, de acordo com seu dinamismo e potencialidades regionais. Esse dinamismo atende a demandas internacionais de produtos, atuando sobre os territórios. Nessa medida, Milton Santos (1994) ajuda a entender essa forma de atuação de grandes empresas. Quando ele fala sobre o “Retorno do território”, faz uma análise de como esse conceito se transformou. O conceito passou a atender a uma nova dinâmica e relação do Estado e das empresas com os territórios. Ele assim escreve: “O território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, moldava-o. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território” (SANTOS, 1994, p. 15), uma passagem do domínio do que ele chama de horizontalidades para o domínio das verticalidades.



As horizontalidades são os territórios contínuos, enquanto as verticalidades tratam de pontos específicos do espaço selecionados.

Posteriormente, Milton Santos (2002) vai caracterizar esses espaços selecionados como espaços luminosos. Para ele, esses são espaços adaptados à existência da globalização. A seletividade espacial da globalização é fulcral para entender o papel do Estado do Maranhão no atual momento histórico na produção do modo de produção.

O caso da produção da soja no cerrado brasileiro e maranhense pode ser analisado nesse panorama de novos paradigmas na produção do espaço do modo de produção, que se atrela à técnica e à ciência. A partir da segunda metade do século XX o Brasil passa a produzir soja em larga escala, expandindo sua produção pela região Centro-Oeste. Esse processo está no próprio seio do movimento da fronteira agropecuária, com o aparecimento de novas áreas ou reaparecimento de antigas áreas de produção. A fronteira pode ser entendida como um limite jurídico ou como parte de um processo social. Considera-se aqui a sua dimensão de conflituosidade, instabilidade, como parte de um processo de conquista e resistência. Silva (2007, p. 284) propõe que “[...] a fronteira pode ser a borda de um processo social singular de integração de áreas num modelo de desenvolvimento dominante”.

Nesse sentido, a noção dada por Milton Santos (2003) de Globalização passa a ser importante aqui. Os grandes projetos no Brasil e no Maranhão, principalmente, estão inscritos no processo de globalização. A perspectiva de que o processo de globalização se implanta como um novo totalitarismo constituindo o *globalitarismo* é importante para se entender a produção do território em que um novo conjunto de conflituosidades é produzido.

A globalização em David Harvey (2010) pode ser entendida como inserida no desenvolvimento do capitalismo atual. Ela é descrita como sendo o desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção do capital, que será tratado mais adiante, mas o que é importante trazer aqui é que sua espacialização é inerente as desigualdades, e vários processos recentes podem ser analisados à luz desse conceito, tal como a desindustrialização de algumas regiões, a centralização e especialização de algumas outras, a substituição, deslocamento de indústrias e produtos, a reestruturação dos espaços e territórios. É, segundo ele, um estratagema geográfico de saída do capitalismo de suas crises.

Milton Santos (2003) tem outra perspectiva de analisar a globalização. Ele compreende que a globalização pode ser vista a partir de três focos diferentes: a globalização como uma fábula, em que a ideia de igualdade, de acesso à informação é repassada como parte do processo de globalização para a população do planeta; a globalização como perversidade, ou seja, a globalização como ela é, um processo que reproduz desigualdades, centraliza capital e renda e aumenta a



pobreza; o último é um resgate de esperança para o que ele avalia ser a globalização como possibilidade. Ele afirma que as técnicas criadas no seio da globalização e que estão sendo utilizados para a exclusão podem ser utilizados num processo contrário. As técnicas podem ser apropriadas pela periferia.

A globalização, utilizando-se de suas técnicas e sistemas técnicos, vai permitir uma fluidez nos territórios que incide nas populações anteriores aos novos implantes territoriais dado pelo novo momento. Haesbaert (2003) trata do processo de desterritorialização de populações, em que há uma crescente exclusão sócio-espacial. Posteriormente, esse mesmo autor propõe o conceito de multiterritorialidade, no qual a apropriação do espaço se dá através de territórios-rede.

Tanto Milton Santos (1994, 2002) quanto Rogério Haesbaert (2003) são importantes aqui para entender os processos ligados à inserção de grandes projetos de desenvolvimento no Estado do Maranhão. Esses projetos seguem várias linhas de investimento, mas podem nos remeter a três vertentes principais: a moderna agricultura de grãos e as grandes plantações florestais; a minero-siderurgia e ao turismo predatório.

Pode-se dizer que as transformações, sobretudo com o avanço da produção de *commodities*, pelas quais o campo brasileiro vem passando nas últimas décadas resultaram num novo conjunto de processos de produção do seu espaço fazendo parte dos processos a que estamos nos referindo aqui. Na verdade, essas transformações no campo, com um impacto no uso da técnica na produção, bem como a instalação de infraestruturas logísticas são partes de um mesmo pacote modernizador do território. Essas mudanças se atrelam às transformações no modo de produção capitalistas, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. No campo isso se refletiu com o avanço técnico e com a ampliação da ideia de expansão da modernidade, sobrepujando o que veio a ser considerado tradicional, este tido como arcaico e dentro de antigos modos de produção¹ a serem apagados pelo desenvolvimento capitalista. A modernização do campo brasileiro foi o carro-chefe desse paradigma de produção do espaço, com a inserção de multinacionais ligadas à produção de *commodities* e à produção de alimentos.

Como parte da compreensão dos espaços luminosos, Denise Elias (2006) traz a ideia de cidades do agronegócio. Estas são polos de apoio para reprodução e expansão da grande produção de *commodities* voltada para o mercado exterior. Assim, pode-se indicar algumas cidades relacionadas aos eixos de desenvolvimento citados anteriormente. Em relação ao turismo, o município de Barreirinhas, em relação à soja temos Balsas na região sul do estado, e Chapadinha no

¹ Esse é um debate que se concretizou no Brasil, principalmente na história e sociologia brasileira. Autores como Caio Prado Jr. (1981), José de Souza Martins (1983) e Alberto Passos Guimarães (1989) empreenderam reflexões acerca do capitalismo brasileiro, da existência de restos feudais ou mesmo, a existência de outros modos de produção diferentes.



Leste. Essas duas últimas regiões são os espaços por onde a produção da moderna agricultura da soja vem se expandindo.

As microrregiões de Gerais de Balsas (75,98%), Porto Franco (73,29%), Imperatriz (68,54%), Chapada das Mangabeiras (67,07%) e Chapadinha (63,16%) são as principais regiões produtoras de soja do estado (Quadro 1. Sua centralização e polarização da produção de soja tem feito com que sua área plantada se especialize, se tornando em verdadeiras regiões da soja. Atualmente, todas essas regiões destinam mais da metade da sua produção para a soja).

Quadro 1: Produção de soja por microrregião do Maranhão - 2000 e 2016

Microrregião Geográfica	Produção (T)		Produção (%)	
	2000	2016	2000	2016
Pindaré (MA)	-	19730	-	19,17
Imperatriz (MA)	-	28610	-	68,54
Alto Mearim e Grajaú (MA)	610	11500	0,66	15,92
Presidente Dutra (MA)	-	792	-	2,54
Baixo Parnaíba Maranhense (MA)	-	6260	-	21,29
Chapadinha (MA)	411	63690	0,69	63,16
Coelho Neto (MA)	-	4020	-	16,98
Caxias (MA)	-	6250	-	17,67
Chapadas do Alto Itapecuru (MA)	1325	23320	2,49	29,92
Porto Franco (MA)	3238	39986	10,13	73,29
Gerais de Balsas (MA)	126370	427996	71,08	75,98
Chapadas das Mangabeiras (MA)	46762	151500	52,49	67,07

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2000 e 2016.

Assim como a soja, atualmente, no estado, têm-se a produção de eucalipto. No caso dessa produção, o plantio se dá em forma de florestas plantadas que servem para a produção de carvão ou de celulose.

Tanto a soja como o eucalipto se vinculam ao que se denominou de corredor norte de exportação. Um grande conjunto logístico que junta estradas, hidrovias, ferrovias e portos. Dois dos principais objetos logísticos são a Estrada de Ferro Carajás (EFC) e o complexo portuário do Itaqui, na ilha de São Luís - MA. Em associação com a produção de *commodities* como a soja, esses objetos técnicos têm a intenção de ligar o espaço brasileiro ao espaço mundial, colocando o Estado do Maranhão como elo. A internacionalização da produção do território se dá por meio da participação de agentes produtores exógenos. Por exemplo, as transnacionais que agora se beneficiam desses objetos em detrimento das populações tradicionais. Na verdade, o aumento da produção e da participação na produção da soja nessas regiões são um sintoma do que vem a se tornar o território nessas regiões. A territorialização do agronegócio se dá com a expulsão do camponês, fragmentação do seu espaço de vida e substituição da produção para o grande capital.



Os processos de territorialização do agronegócio, inseridos na modernização do território, nos leva à ideia de fábula, tal como descrita por Milton Santos (2003). O discurso de desenvolvimento se apresenta como uma retórica, do mesmo tipo da “mentira” a que o Padre Antônio Vieira se referia em seus sermões. Apesar das promessas a que constantemente são associados esses grandes empreendimentos, sobretudo de criação de vagas de emprego e geração de renda, eles parecem ser parte da “mentira” que o padre se refere em seu sermão ainda do século XVII, como se fosse uma profecia para o século XXI (VIEIRA, 2001).

Nesse contexto, a Estrada de Ferro Carajás (EFC) pode ser analisada, de um lado, pelo globalitarismo que atua na inserção da economia maranhense na economia internacionalizada, de outro lado, as comunidades tradicionais, povos camponeses, etc. que não usufruem do que é apresentado nos discursos do desenvolvimento, tendo, na verdade, suas terras cercadas, seus bens comuns privatizados por lógicas exógenas a do lugar, e suas vidas precarizadas.

A Estrada de Ferro Carajás é um objeto técnico construído para escoar a produção de minério de ferro e bauxita da Serra de Carajás (Pará), cortando vários municípios e chegando ao complexo portuário do Itaqui, na ilha de São Luís (Maranhão). No Estado do Maranhão, essa ferrovia corta 21 municípios.

Tanto a EFC como os empreendimentos ligados a ela são implantados com o discurso de desenvolvimento, atrelado à criação de postos de trabalho e ao desenvolvimento para o estado. Porém, as transformações associadas à sua instalação passam pela limitação de acesso à terra e aos recursos naturais, fazendo com que grupos camponeses, como quebradeiras de coco babaçu, agricultores, pescadores, etc., sofram com um processo de empobrecimento.

A dissertação de mestrado da historiadora Desni Lopes de Almeida (2012) analisa da relação entre grandes projetos de desenvolvimento e as consequências para as comunidades. Ela aborda o que chama de “Os trilhos do desenvolvimento” no município de Açailândia, tratando especificamente do povoado de Piquiá de Baixo, fazendo uma análise das consequências da instalação dos grandes empreendimentos siderúrgicos. Essa atividade sofre influência direta da EFC, sendo abastecida pelo minério que por ela escoar nos trens da Vale. Dessa maneira, a autora traz a questão agrária, a pobreza, a concentração de riquezas, o trabalho escravo, dentre outro, para tipificar a região de implantação dos projetos siderúrgicos ligados à ferrovia.

Outros trabalhos, como o de Bartolomeu Mendonça (2017) também buscam analisar a relação da pobreza com os grandes empreendimentos no Maranhão. O autor busca, utilizando-se de situações empíricas de deslocamentos compulsórios, expropriações dos territórios, dos recursos, dos produtos, dos saberes, etc, contestar a ideia da modernidade como sendo expressão da humanidade



civilizada, fazendo uma nova leitura da colonialidade como um sinônimo da modernidade e o que ele denominou de *continuum colonial*.

Assim, esses autores ajudam a entender como a reprodução da pobreza pode se relacionar com os grandes projetos, especialmente a EFC. Nessa leitura, a colonialidade se instala nessas regiões, sendo a EFC uma representação de uma continuidade do processo de colonização, tal qual Mendonça (2017) apresenta no seu conceito de *continuum colonial*.

3. O TRABALHO ESCRAVO NOS CORREDORES DE/DO DESENVOLVIMENTO

Os grandes projetos no Maranhão são propagados junto a um discurso desenvolvimentista, em que trabalho e renda para a população são consequências. Apesar disso, os dados mostram que apenas uma parcela da população usufrui dessa nova dinâmica econômica. A pobreza e a vulnerabilidade dos trabalhadores diante dos grandes empreendimentos passam a ser uma realidade no contexto da internacionalização do território e dos processos globalizatórios presentes.

O trabalho escravo aparece, *a priori*, como uma contradição da forma de reprodução desses grandes empreendimentos, em que desenvolvimento e modernização caminham juntos. Porém, ele pode ser entendido como uma forma necessária para a reprodução do modo de produção capitalista, perpassando as estratégias de saída de suas crises, além da teoria do valor.

Pode-se compreender que o aprisionamento do trabalhador se dá com a intenção, pelo capitalista, de diminuir o tempo de trabalho pago ao trabalhador e aumentar o que Marx (2013) chama de tempo de trabalho excedente. Apesar de ter um histórico de uso de trabalho escravo, sobretudo nas fronteiras agropecuárias, ele se reproduz intensamente em centros urbanos. O aprisionamento do trabalhador na fronteira agropecuária pode ser analisado pelo que Otávio Guilherme Velho (1979) atenta: a fronteira brasileira foi se constituindo de maneira aberta. Isso permitiu que o campesinato se reproduzisse em regiões livres. Dessa maneira, o cerceamento da liberdade do trabalhador pode ser explicado da seguinte forma: 1) manutenção da mão de obra necessária para expansão e manutenção de grandes empreendimentos capitalistas; 2) não mobilização de capital para se transformar em capital variável.

Assim, o trabalho escravo tem sido utilizado no Brasil e se reproduz em todas as regiões do país. Os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostram a evolução dos casos de trabalho escravo entre 2009 e 2016 (Quadro 2).

**Quadro 2:** Ocorrências de trabalho escravo no Brasil – 2009 a 2016

CASOS DE TRABALHO ESCRAVO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total 2003-2016
Casos Totais	240	215	250	195	208	170	120	98	3.052
Denúncias CPT não fiscalizadas	70	24	37	17	25	13	11	10	758

Fonte: Comissão Pastoral da Terra.

Nesse período houve uma diminuição de casos de trabalho escravo no Brasil de mais de 50%. Essa diminuição pode ser devida à modernização da prática, em que uma das principais causas de autuação, a escravidão por dívida, passa a ser mais difícil de constatação. Uma das comprovações utilizadas pelas equipes de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) é a caderneta de anotação da dívida dos trabalhadores. Esse elemento tem sido substituído. Outra explicação se deve também às várias denúncias que não são fiscalizadas e, também, à dificuldade de acesso à algumas regiões. Para nós, outro fator que contribui, impedindo o registro real dos casos de trabalho escravo, é a naturalização que se efetiva de formas de trabalho escravo no Brasil, como por exemplo, na construção civil ou no trabalho infantil e feminino.

Em relação à distribuição por atividades, os casos identificados com trabalho escravo encontram-se, principalmente, na pecuária, com 37%, seguida por outros (outras atividades) com 30% e as lavouras permanentes com 13% e desmatamento com 9% dos casos. Em relação aos trabalhadores resgatados, segundo os dados da CPT, a maior parte foi em atividades pecuaristas, 30%, seguida por outras, com 26%. As lavouras permanentes e outras lavouras tiveram, respectivamente, 15%, carvão vegetal, 12%, extrativismo vegetal, 7%, e desmatamento 6% (CPT, 2017).

Dessa maneira, fica evidente que o trabalho escravo permaneceu no Brasil, inclusive, se incrustando em atividades que são divulgadas como o centro da modernidade no campo brasileiro, como a moderna agricultura da soja, a produção de eucalipto, a produção carvoeira, as aberturas de fazendas.

O Maranhão passa a ser um espaço peculiar na análise da reprodução do trabalho escravo no Brasil. Primeiramente, o estado se apresenta como uma situação limite, nos discursos governamentais e dos grandes empreendimentos, na busca pela modernidade e pelo progresso econômico. A pobreza, os baixos índices sociais fazem com que a modernidade seja apresentada como redentora do estado. Ora, o discurso desenvolvimentista, calcado na modernização do território maranhense, está presente desde o governo de José Sarney, entre 1966 e 1971, e também é facilmente encontrado no discurso do governador empossado no ano de 2015, Flávio Dino. Nesse



discurso, a pobreza aparece como algo externo ao desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, o seu discurso ao tomar posse é de extrema relevância. Para ele, sua gestão iria “fazer o capitalismo no Maranhão”. Seria como se desse um “choque de capitalismo” com a intenção de atrair investimentos. Nas palavras do governador: “Na nossa avaliação e na dos economistas, isso leva a mais investimentos e expansão da riqueza”². É possível, a partir desses discursos, vincular o discurso desenvolvimentista dos gestores com uma ideia de modernidade que tem a pobreza e a precarização do trabalho como exógena. A permanência nos dados do trabalho escravo passa a ser uma contradição. Perceber ocorrência de trabalho escravo nos estados é importante, nesse sentido.

Com base nos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) é possível visualizar a distribuição do trabalho escravo nos principais estados de ocorrência no Brasil e o papel do Estado do Maranhão, conforme o quadro 3.

Os Estados do Pará e do Maranhão são os estados que mais apresentaram casos identificados de trabalho escravo no Brasil, segundo a CPT, com 40% e 11% dos casos respectivamente entre os anos de 1995 a 2016. Outros dois estados que se destacam são Tocantins e Mato Grosso, com 9% e 8% respectivamente. O avanço da fronteira agropecuária, em que atividades com grande uso de mão de obra escrava (pecuária, desmatamento, lavouras temporárias) e a dificuldade de acesso, juntamente com a distância do lugar de moradia dos migrantes que se deslocam podem ser explicadores do porquê Pará e Maranhão serem os campeões dos casos identificados de trabalho escravo.

Quadro 3: Casos de trabalho escravo e trabalhadores envolvidos, Brasil – 1995 a 2016.

ESTADOS	CASOS IDENTIFICADOS		TRABALHADORES ENVOLVIDOS	
PA	1.363	40%	33.181	36%
MA	361	11%	7.798	8%
TO	318	9%	6.351	7%
MT	280	8%	9.440	10%
MG	160	5%	6.154	7%
GO	154	4%	4.563	5%
BA	102	3%	4.266	5%
SP	95	3%	2.034	2%
MS	82	2%	6.161	7%
TOTAL	3435		92.245	-

Fonte: Comissão Pastoral da Terra

² _Matéria publicada no Portal UOL “Comunista, Dino promete 'choque de capitalismo' no Maranhão”: <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/08/comunista-dino-promete-choque-de-capitalismo-no-ma.htm>.



Apesar de já apresentar um número considerável em relação aos casos identificados no período de 1995 a 2016, o Maranhão ganha maior importância para o trabalho escravo quando visualizamos os dados de envio de trabalhadores que são resgatados de trabalho escravo. Esses dados podem ser observados no quadro 4, que aponta os 6 principais estados exportadores de trabalhadores que são escravizados de 1995 até meados de 2016, segundo dados³ da CPT.

Quadro 4: Resgatados de trabalho escravo por estado de naturalidade – 1995 a 2016

RESGATADOS POR UF DE NATURALIDADE	Nº absoluto (em 23/05/2016)	%
Maranhão	7.936	23,1%
Para	2.964	8,6%
Bahia	3.266	9,5%
Minas Gerais	2.855	8,3%
Tocantins	1.884	5,5%
Mato Grosso do Sul	1.873	5,5%
TOTAL	34.284	-

Fonte: Comissão Pastoral da Terra

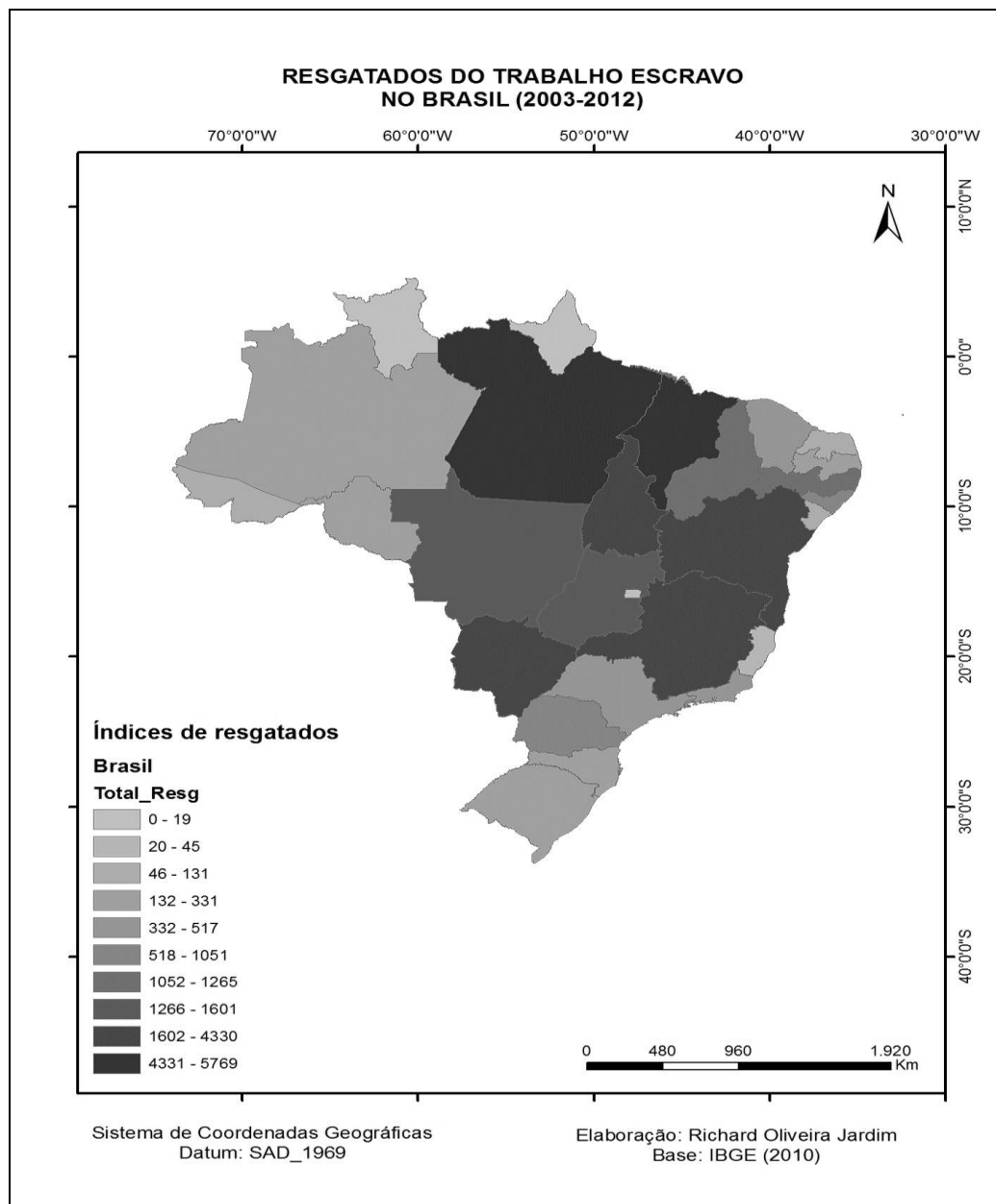
Mais de um quinto da população de trabalhadores resgatados de trabalho escravo no Brasil são maranhenses, mostrando a importância do estado no envio de trabalhadores. Historicamente, o estado é conhecido pelo grande fluxo de trabalhadores para atuarem em outras regiões do país em atividades como o corte da cana, abertura de fazendas, construção civil, e mais recentemente, em agroindústrias. Não é difícil, nos municípios do interior do estado, se encontrar agências de viagens especializadas em arregimentar trabalhadores, ou mesmo, gatos, pessoas responsáveis por fazer a intermediação entre empregadores de outras regiões e os trabalhadores em seus lugares de origem.

Os dados da CPT de 2003 até 2012 já demonstravam um padrão dos espaços de envio para o trabalho escravo no Brasil. O mapa 1 evidencia esse padrão, trazendo o Maranhão e o Pará como os estados principais nesse sentido.

³ Os dados da Comissão Pastoral da Terra foram disponibilizados pela comissão com atualização frequente, mas até a produção deste artigo, a somatória dos dados se deu até parte do ano de 2016.



Mapa 1: Espacialização dos resgatados de trabalho escravo por estado de naturalidade no Brasil – 2003 a 2012



O grande fluxo de trabalhadores se dá com a ida para exercerem funções em diversas atividades, mas sobretudo, funções que demandam força física e com baixa remuneração. As situações de pobreza e limitação de acesso a recursos naturais encontradas nos municípios de origem dos trabalhadores são fatores de vulnerabilidade desses trabalhadores, que os fazem aceitarem trabalhos precários, com baixa remuneração, sem acesso a direitos trabalhistas, etc., e no limite, serem aliciados para o trabalho escravo contemporâneo. Uma fala importante para ajudar nessa argumentação vem de um trabalhador resgatado de trabalho escravo oriundo do município de Açailândia. Ele diz assim: “[...] que o pobre que não tem nada é humilhado, o que eu já passei na



minha vida, humilhado, em Açailândia, foi coisas que... se eu ainda não me mudei de Açailândia é por que eu não tenho condição, mas eu vou lhe falar, para a senhora, o que vale na pessoa é o dinheiro” (Informante A2 de Açailândia, Entrevista concedida em 14/03/2017).

A pobreza é utilizada aqui para justificar sua situação subalterna em relação aos fazendeiros ou outros agentes. Importante notar que o informante ressalta que o dinheiro é que aponta a importância de algumas pessoas. Essa justificativa é dada, principalmente, para explicar a própria atuação da justiça, como nesse outro trecho: “[...] tem fazendeiro que mata o funcionário, igual, você sabe ... a... a justiça não pune essas pessoas por que eles tem dinheiro [...] na delegacia lá o escrivão não queria, por que era o juiz [...]” (Informante A1 de Açailândia, Entrevista concedida em 14/03/2017).

A pobreza persistente no estado não tem a ver com a falta de capitalismo, tal como apresentado em discurso. Ela própria é resultado da concentração de renda e da acumulação de capital que é intrínseca ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Assim, as situações de vulnerabilidade para o trabalho escravo estão dentro do modo de produção, que se utiliza do trabalho escravo.

A falta de acesso às terras aparece nos relatos como principal fator que faz com que os trabalhadores migrem para fora dos seus lugares de origem. Segundo o informante A2M, trabalhador rural de Açailândia, “Pra mim mesmo, que nem eu tô lá num pedacinhozinho, lá velho pretendo ficar por lá mermo, é que eu trabalho num negócio de vasão plantando arroz dentro d’água no verão aí vou passando a vida, como Deus quer” (Informante A2M de Açailândia, Entrevista concedida em 14/03/2017).

Os mesmos fatores de vulnerabilidade fazem com que esses trabalhadores, também, naturalizem sua condição precária no trabalho. Esse mesmo informante, apesar de apresentar seu desejo de ficar “in casa”, diz assim quando questionado do porquê foi escravizado: “Ah! isso aconteceu por que acho que sou nalfabeto não tenho leitura de nada mermo, serviço tem que fazer assim mermo não tem outro jeito”. O fato de não ter formação é exposto como uma condição, um elemento que, inevitavelmente, vai dar como consequência situações como do trabalho escravo. Essa situação não pode ser contradita, ela tem que ser aceita como se fosse um destino para os pobres. Ele assim continua: “Aceitar né?! Num tinha outro jeito. Tava começando... a mulher tava prenha incasa, aí ...rapá tem que saí. Por que ficar aqui vou fazer o quê com a mulher? Tem que saí mermo. E faz de conta e não resolveu nada minha situação” (Informante A3M de Açailândia, Entrevista concedida em 14/03/2017).

A saída desses trabalhadores de seus lugares de origem aparece como uma contradição do desenvolvimentismo maranhense, ao menos em aparência.



Parece-nos que a ideia exposta por Milton Santos (2003) de uma globalização sobre três prismas se evidencia em processos empíricos e repercute nos corpos dos sujeitos. Nos discursos, o desenvolvimento como parte da globalização econômica é uma fábula. A globalização tal como ela é, é uma perversidade em relação a classe trabalhadora.

4. ESTRADA DE FERRO CARAJÁS E O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: DA GLOBALIZAÇÃO, DOS FLUXOS E DAS UTOPIAS GEOGRÁFICAS

A região formada pelos 23 municípios cortados pela Estrada de Ferro Carajás ou sob influência direta desse empreendimento corresponde aos municípios que mais enviam trabalhadores resgatados de trabalho escravo. É possível constatar, com base nos dados da Comissão Pastoral da Terra, que a quantidade de trabalhadores resgatados do trabalho escravo oriundos de municípios cortados pela EFC ou que tenham atividades de mineração é alto, tornando-a a principal região emissora.

Assim como outros grandes empreendimentos no Estado do Maranhão, a EFC é vista como parte do projeto de internacionalização da economia brasileira e maranhense. Um objeto técnico construído para a dinâmica de fluxos e intensificação da modernização do território.

Na verdade, a imagem de anteposição entre a modernidade dos objetos técnicos que podem ser associados com a EFC e a ideia de atraso que a permanência do trabalho escravo traz é em essência um falseamento. A convivência entre este objeto técnico da modernidade e o trabalho escravo faz parte, ao nosso ver, do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. Este é um conceito que David Harvey (2010) desenvolve para explicar o processo de globalização. Para este autor, o termo globalização se tornou uma palavra-chave para entender o funcionamento do mundo, sendo também sinônimo de vários processos em curso na sociedade atual, como, por exemplo, os processos de expansão da informação, de internacionalização da economia, etc. Harvey (2010) traz o fenômeno da globalização como um “ajuste espacial” do capitalismo. Segundo ele, “O capitalismo não pode sobreviver sem seus ‘ajustes espaciais’” (HARVEY, 2010, p. 80). As transformações na dinâmica de acumulação de capital estabelecem que os sistemas de logísticas, de transferência de capital fixo e de força de trabalho sejam alterados para que se acelerem de acordo com as necessidades do capitalismo. Sobretudo a força de trabalho, já que esta está diretamente ligada à produção de valor. Dessa maneira, pode-se chamar a atenção tanto para a migração de trabalhadores como para a mobilização de força de trabalho precária.

Assim, na da EFC podem conviver dois processos: de mobilização de força de trabalho precária para serem arregimentadas em outras regiões do país, como também a própria ocorrência



de trabalho escravo em empreendimentos instalados em municípios cortados ou sob influência direta da ferrovia.

Em 2015, uma grande quantidade de trabalhadores resgatados de trabalho escravo tinha como origem municípios cortados pela ferrovia, como Anajatuba (146), Bom Jesus das Selvas (46), Açailândia (320), Alto Alegre do Maranhão (97) e Buriticupu (110). Ao mesmo tempo que a EFC é apresentada como o sinônimo da modernização do território, vários trabalhadores migram pelas condições de pobreza, limitação de acesso às terras e aos recursos naturais, e são aliciados para o trabalho escravo. Os dados no quadro 5 mostram os principais municípios emissores para o trabalho escravo.

Quadro 5: Municípios com Trabalhadores resgatados na Região da Estrada de Ferro Carajás - 2003 a 2016

MUNICÍPIOS	TOTAL DE RESGATADOS POR NATURALIDADE 2003-2016	%	TOTAL DE RESGATADOS POR REFERÊNCIA 2003-2016	%
Açailândia	151	1,9%	320	5,0%
Alto Alegre do Maranhão	48	0,6%	97	1,5%
Anajatuba	165	2,1%	164	2,6%
Arari	20	0,3%	6	0,1%
Bacabeira	1	0,0%	1	0,0%
Bom Jardim MA	86	1,1%	77	1,2%
Bom Jesus das Selvas	10	0,1%	46	0,7%
Buriticupu	30	0,4%	110	1,7%
Cidelândia	11	0,1%	27	0,4%
Igarapé do Meio	10	0,1%	18	0,3%
Itapecuru Mirim	168	2,1%	143	2,2%
Itinga do Maranhão	21	0,3%	38	0,6%
Miranda do Norte	10	0,1%	15	0,2%
Monção	156	2,0%	97	1,5%
Pindaré-Mirim	69	0,9%	82	1,3%
Santa Inês MA	110	1,4%	58	0,9%
Santa Rita MA	43	0,5%	50	0,8%
São Francisco do Brejão	10	0,1%	39	0,6%
São Luís	103	1,3%	110	1,7%
São Pedro da Água Branca	11	0,1%	49	0,8%
Tufilândia	6	0,1%	15	0,2%
Vila Nova dos Martírios	7	0,1%	13	0,2%
Vitoria do Mearim	71	0,9%	21	0,3%
Total da região da EFC	1.317	16,6%	1.596	24,9%

Fonte: Comissão Pastoral da Terra

Os dados da CPT mostram que a região, composta pelos 23 municípios cortados pela EFC ou que sofrem influência direta da ferrovia, é a que mais envia trabalhadores para o trabalho escravo. Considerando a naturalidade dos trabalhadores resgatados de trabalho escravo no Brasil,

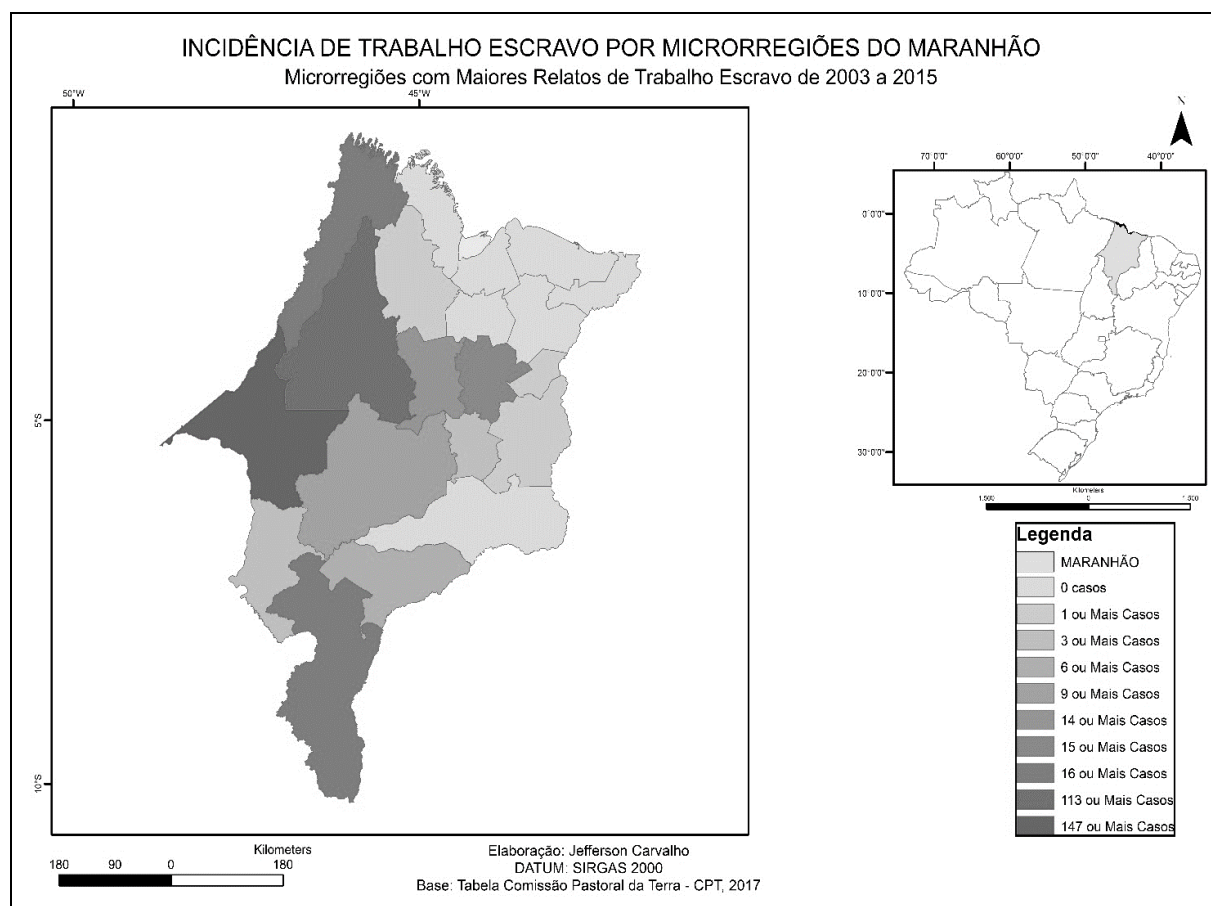


16,6% são de municípios em questão, sendo que os municípios que mais enviaram foram Anajatuba, Itapecuru Mirim, Monção, Açailândia, Santa Inês e São Luís.

Outro dado é em relação aos municípios de referência dos trabalhadores resgatados. Eles indicam a referência de endereço, diferente do outro dado que indica o município de origem, de naturalidade. No caso do município de referência, 24,9% dos trabalhadores indicaram os municípios da região no cadastro do seguro desemprego. Novamente, Açailândia, Anajatuba e Itapecuru Mirim figuram entre os principais municípios da região que enviam trabalhadores para serem aliciados. Não obstante, com exceção de Anajatuba e Monção, esses municípios indicados como principais no envio de trabalhadores para o trabalho escravo são, também, polos regionais, com grande dinâmica de capitais e com um intenso fluxo de pessoas e investimentos.

Não só o envio de trabalhadores que pode ser ligado à pobreza, mas a própria ocorrência de trabalho escravo na região é uma evidência de uma contradição do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Dos 361 casos de trabalho escravo registrados no Maranhão entre os anos de 2003 a 2015, 200 foram registrados na região da EFC, sendo que 27% desses casos aconteceram em apenas um município, Açailândia. Bom Jesus das Selvas e Bom Jardim juntos registraram mais de 12% dos casos. Esses municípios são centrais para as atividades relacionadas à estrada de Ferro Carajás, tanto em relação à siderurgia, como a produção de eucalipto, o que mostra a centralidade dessa modernidade para a reprodução do trabalho escravo. A espacialização das ocorrências de trabalho escravo no Maranhão também é uma evidência, conforme Mapa 2:

Mapa 2: Incidência de Trabalho Escravo por Microrregiões do Maranhão – 2003 a 2015



O Mapa 2 demonstra a centralidade que regiões de concentração de grandes projetos de desenvolvimento no Maranhão tem em relação a incidência de trabalho escravo. No sul do estado, a microrregião de Gerais de Balsas, onde o agronegócio da soja é um importante elemento na produção do espaço. Ao norte, a região do Gurupi, que tem se mobilizado na produção de pedras preciosas. Na porção oeste do Maranhão, a microrregião de Pindaré e Imperatriz, são as regiões que mais concentram incidência de trabalho escravo. Essas duas últimas regiões são cortadas pela Estrada de Ferro Carajás.

A ocorrência de trabalho escravo em grande quantidade nessas duas regiões está associada à expansão de atividades que favorecem a reprodução do trabalho escravo. Melhor dizendo, que tem se nutrido dessa prática para se expandir e potencializar a possibilidade de acumulação de capital, como por exemplo, as carvoarias, mas também, a expansão da abertura de fazendas ou a produção de florestas de eucalipto.

A limitação de acesso à terra tem sido constante nos relatos de trabalhadores resgatados, apresentando como padrão nas entrevistas, a dificuldade de se ter acesso a esse meio de produção. Entende-se, dessa maneira, que a questão agrária, associada à especulação de terras, e a própria



privatização de terras pelos empreendimentos vinculados à EFC, está atrelada à essa nova conflituosidade, que é a reprodução do trabalho escravo contemporâneo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de modernização do território e da economia maranhense apresentada pelos discursos desenvolvimentistas, em que grandes projetos são evidenciados como salvadores do lugar não condiz com o que se vislumbra nos municípios impactados por estes grandes projetos.

A Estrada de Ferro Carajás foi implantada, e está no centro dos discursos desenvolvimentistas, sendo comumente relacionada com o que viria a ser o progresso do estado, com a modernização de sua economia e com o desenvolvimento. Porém, o que os dados mostram é que ela não produz desenvolvimento para as populações dos municípios. Ao contrário da ideia de resolver a pobreza e suas consequências, ela pode ser relacionada com o empobrecimento da população dos municípios, e precarização do trabalho, etc.

A reprodução do trabalho escravo contemporâneo e o número de casos em municípios centrais dos grandes projetos é a negação do discurso de desenvolvimento. Assim como a migração de trabalhadores empobrecidos, aliciados pelo trabalho escravo, é uma evidência de que este modelo de desenvolvimento não serve à grande maioria da população desses municípios, sendo, na verdade, responsáveis por processos de acumulação e centralização de renda e riqueza.

As desigualdades sociais e econômicas podem ser associadas com o conjunto de processos de concentração de terras, riquezas, produção, aos grandes projetos, alçados por grandes empresas, grandes empresários e multinacionais. A consequência é a maior pobreza para a população desses municípios, e a precarização de suas vidas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Desni Lopes. **Os trilhos do desenvolvimento na Amazônia Maranhense - conflitos e contrates**: o caso Piquiá de Baixo Açailândia – MA. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sócio Espacial e Regional), Universidade Estadual do Maranhão, São Luís - MA, 2012.
- CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **SÍNTESE ESTATÍSTICA DE & PERFIS UF & MUNICÍP. 2003-2016** - atual em 10.01.2017, 2017. (Arquivo digital).
- ELIAS, Denise. Pensando os espaços agrários luminosos do Nordeste do Brasil. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.



- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão**. São Luís: FIEMA, 2009.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, vol. 29, n. 1, 2003.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 20ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- IBGE. **Produção Agrícola Municipal**, 2000 e 2016. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>; Acesso em: 20/10/2018.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I; Volume 2. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- MENDONÇA, Bartolomeu. **CONTINUUM COLONIAL: colonialidade (= modernidade), empreendimentos capitalistas, deslocamentos compulsórios e escravos da república no estado do Maranhão, Brasil**. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, UFMA, 2017 (Doutorado em Ciências Sociais).
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**. Espaço, Cultura e Política no Brasil. 5ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- PRADO Jr. Caio. **A questão agrária no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulos: EDUSP, 2002.
- SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: SOUZA, Maria Adélia A. de; SANTOS, Milton (Orgs.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.
- SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Orgs.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato** (um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento). São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- VIEIRA, Antonio. **Sermões**. Alcir Pécola (Org.) São Paulo: Editora Hedra, 2001.
- SILVA JUNIOR, Augusto Rodrigues da; MARQUES, Geórgia da Cunha. Godoy Garcia e Niemar: um canto geral centroestino. **ECOS - Estudos Contemporâneos da Subjetividade**. vol. 5, n. 2, 2015.